



4º Encontro Internacional de Política Social

11º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:
desafios à Política Social

Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

Eixo: Fundamentos teóricos da Política Social.

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE O SEU PAPEL EM TEMPOS DE CRISE

Henrique Mendes dos Santos¹

Resumo

Este ensaio possui como objetivo produzir uma reflexão sobre a política de Assistência Social em tempos de crise do capital, uma das expressões desta crise é o desemprego estrutural, milhares de trabalhadores são alijados de seus postos de trabalho a partir do advento de novas tecnologias e da constante corrida por lucro, desta forma vasto contingente populacional acaba por buscar nesta política pública social as saídas para as situações dramáticas vivenciadas no cotidiano, soma-se a isto o peso que a Assistência Social adquire com a mercantilização de demais políticas públicas sociais, principalmente aquelas inseridas no escopo da seguridade social, desta forma são apontadas aqui algumas tendências no que diz respeito a execução desta política e o seu caráter ideológico no que diz respeito ao estabelecimento de consensos e manutenção do pensamento dominante.

Palavras-chave: Capitalismo. Desemprego. Assistência social.

POLICY SOCIAL CARE: Reflections on its role in times of crisis

Abstract

This paper has aimed to produce a reflection on the social assistance policy in capital times of crisis, one of the expressions of this crisis is structural unemployment, thousands of workers are priced out of their jobs since the advent of new technologies and constant race for profit, so vast population contingent eventually seek this social public policy outputs for experienced dramatic situations in everyday life, adds to this the weight of social assistance gets to the commercialization of other social policies, especially those inserted in the scope of social security, in this way are identified here are some trends regarding the implementation of this policy and its ideological character with regard to the establishment of consensus and maintain the dominant thought.

Keywords: Capitalism. Unemployment. Social assistance.

INTRODUÇÃO

No data de 02 de fevereiro de 2016 a presidente Dilma Rousseff esteve presente no congresso nacional, a medida tomada por alguns mandatários visa estabelecer junto aos parlamentares a imagem de uma presidente que pretende estabelecer medidas fortes e coordenadas para vencer uma suposta crise do Estado.

¹ Assistente Social. Discente da especialização em Assistência Social e Direitos Humanos – PUC-RJ. Mestre em Serviço Social – PUC-RJ. Professor Auxiliar da Universidade Castelo Branco (UCB). Assistente Social da Prefeitura de Angra dos Reis (PMAR). Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Angra dos Reis (CMAS).

Mais do que o recado enviado aos parlamentares, a medida visa também recuperar a “confiança” dos investidores, ou seja, apresentar ao grande capital condições favoráveis para a sua ação e influência.

Uma das intenções anunciadas pela presidente é justamente a reforma (ou contra-reforma) da previdência, segundo a chefe do executivo, dadas as condições de envelhecimento da população², esta política pública entraria em colapso, sendo necessário portanto mudanças nas regras da aposentadoria e de benefícios como o BPC – Benefício de Prestação Continuada.

Este discurso e o avanço da agenda contrária as lutas da classe trabalhadora trazem a tona a falsa ideia de crise do Estado, escamoteia-se o verdadeiro pano de fundo que é a crise do próprio sistema capitalista e os seus efeitos para os trabalhadores, destacando-se entre eles o desemprego estrutural.

O exemplo da reforma da previdência aponta para dois vetores : O primeiro é o substancial desinvestimento em políticas públicas sociais, o segundo e tão importante quanto: A sobrecarga da Política de Assistência Social enquanto integrante da seguridade social, estes dois vetores se mesclam e colocam tanto os profissionais que atuam nestas políticas quanto principalmente sua população usuária em situação desesperadora.

Desta forma, este ensaio possui como intuito produzir uma reflexão sobre a crise do capital, seus rebatimentos como o desemprego estrutural e a Assistência Social enquanto política que acaba por fim, a conferir ações de cunho emergencial, afastando-a de seu caráter preventivo.

DESENVOLVIMENTO

O modo de produção capitalista é fundado em uma premissa fundamental : A divisão entre classes, ou seja, aqueles que são detentores dos meios de produção e aqueles que precisam vender sua força de trabalho para sobreviver, esta divisão acaba por trazer algumas importantes contradições a este sistema, levando-o a crises periódicas.

Uma vez que seu objetivo final será sempre o lucro, é preciso levar em conta o seu caráter de irracionalidade uma vez que esta busca irá se sobrepor a qualquer tipo de necessidade humana.

Uma de suas principais características é a concorrência entre capitalistas, estes com o intuito de elevar suas taxas de lucro, acabam por promover intensa competição, conforme sinaliza Mandel (1981):

A produção capitalista consiste na produção de mercadorias com vista ao lucro. A procura do lucro é imposta pela concorrência. Toda empresa que não realize um lucro suficiente acumulará menos capital, terá um acesso difícil e mais caro ao crédito, será por consequência afastada na corrida à tecnologia mais moderna e perderá por esse facto mercados em proveito de seus concorrentes. (MANDEL, 1981, p.6).

Desta forma, os detentores dos meios de produção irão utilizar de algumas estratégias com o intuito de obter lucro ao final do processo de fabricação de mercadorias, aumentando por exemplo o grau de exploração dos trabalhadores através da extensão da jornada de trabalho ou redução de salários, outra estratégia é o investimento em máquinas com o intuito de produzir número maior de mercadorias e em menor tempo.

Com o advento da maquinaria e da grande tecnologia, há uma tendência inicial de aumento da taxa de lucro, uma vez que maior quantidade de produtos será produzida em escala menor de tempo e alguns grandes grupos irão se beneficiar desta modalidade, todavia com o decorrer do tempo, esta taxa irá manter-se estável a medida que demais concorrentes também buscarão investir de forma semelhante.

Atentemos-nos pois, para outro aspecto fundamental do sistema capitalista, é justamente a busca desenfreada pelo lucro que irá causar crises periódicas, estas crises irão tornar a concorrência ainda mais acirrada pois os detentores dos meios de produção irão utilizar de todos os meios possíveis para manter sua taxa de lucro.

É preciso pois, que observemos a contradição fundamental do capitalismo e sua relação com o processo de crise, uma vez que :

A crise decorre da contradição fundamental da produção capitalista: de um lado, o processo de trabalho é socializado, e de outro, a riqueza social, produto do trabalho é apropriada privadamente pelos detentores dos meios de produção. Dessa contradição resulta o subconsumo das massas proletárias, condição *sine qua non* da reprodução de todas as sociedades capitalistas que, de tempos em tempos, desembocam em crises. (RAUTA RAMOS, 2007, p. 56).

Logo, há um desenvolvimento constante das forças produtivas com produção em massa de mercadorias, e por outro lado a incapacidade por parte da classe trabalhadora em absorver tudo aquilo que é produzido, uma vez que a própria condição de assalariamento irá promover apenas a satisfação de itens básicos de sobrevivência e reprodução da força de trabalho.

Desta forma RAUTA RAMOS (2007), irá classificar o processo de crise da seguinte forma:

Então a crise pode ser caracterizada como decorrente imediatamente de grande estoque de mercadorias para a venda e a falta de meios para comprá-las, a necessidade de vender as mercadorias para pagar as dívidas ocorridas no seu processo de produção; grande massa de capital paralisado no processo de produção; escassez de crédito ao extremo (elevando-se enormemente a taxa de juros). O capital que foi desembolsado fica paralisado, desocupado em massa. Fecham as fábricas, as matérias-primas se amontoam, os produtos acabados são as mercadorias que abarrotam o mercado. (RAUTA RAMOS, 2007, p. 58).

Todavia, esta crise difere daquela ocorrida no início do século XX, crise esta que foi superada a partir de uma série de condições que possibilitaram ampla acumulação de capital sobretudo no período posterior a segunda guerra mundial, Sweezy (1982), vai apontar algumas condições que tornaram esta acumulação possível, segundo o autor são elas:

A necessidade de reparar os danos da guerra e compensar a escassez civil provocada pelo desvio de recursos para a produção militar durante as hostilidades. 2 – A disponibilidade de uma série de novas técnicas intensivas em capital, resultantes do progresso conseguido em tempos de guerra. 3 - A enorme demanda criada pelas necessidades militares da potência hegemônica (e em menores proporções seus aliados militares). (SWEEZY, 1982, p. 111).

Entretanto este mesmo autor vai afirmar que mesmo durante o período de expansão do sistema, operado entre as décadas de 1940 e 1970 do século XX, que algumas tendências iriam apontar para uma crise de longo prazo que se estabeleceria a posteriori, Sweezy (1982) assinala quatro questões relevantes: 1 – superinvestimento. 2 – Enorme expansão da estrutura de dívidas. 3 - Enfraquecimento do sistema monetário internacional e por fim, 4 – Crescente desigualdade entre o centro e periferia.

Principalmente naquilo que tange o item número 4, é preciso lembrar que os países da periferia acabam por ser os mais atingidos pela crise, lembremos pois, que é justamente neste momento que os donos dos meios de produção acabam por intensificar a utilização de uma de suas maiores armas, ou seja, aumentar ao máximo o grau de exploração dos trabalhadores, leva-se em conta também, que pela própria natureza do

sistema, esta exploração ocorre em níveis muito mais elevados na periferia se formos comparar com os países centrais³.

Outro aspecto importante que deriva do contexto de crise é o desemprego estrutural, com as mudanças nos padrões de produção e o desenvolvimento massivo de novas tecnologias, milhares de trabalhadores são expulsos de seus postos de trabalho, e o que é pior, sem perspectiva de retorno, estas pessoas alijadas dos sistemas de produção passam a viver de inserções precárias no mundo do trabalho a partir da realização de tarefas temporárias, flexíveis, sem garantias trabalhistas ou acabam por enveredar pelo mundo do crime, atuando por exemplo como pequenos varejistas no comércio de drogas.

Consustancia-se um duplo movimento : O primeiro é o da não-inserção no mundo do trabalho, já o segundo é a inserção nos ramos da produção através da precarização e superexploração, o aumento do Exército Industrial de Reserva acaba por rebaixar os salários, favorecendo o capital e obrigando os trabalhadores a aceitarem as condições impostas pelas instituições empregadoras.

A existência de um grande contingente de trabalhadores desempregados (separados dos meios de produção, como resultado da generalização das relações capitalistas de produção), bem como a existência da pobreza acentuada em países em desenvolvimento, força o desempregado a trabalhar por qualquer preço (isto é, a qualquer salário). No âmbito da economia mundial integrada, a força de trabalho desempregada nos países em desenvolvimento constitui um exército industrial de reserva que pode ser mobilizado a qualquer momento. (IANNI, 1994, p. 8).

Também advém do processo de reestruturação produtiva uma importante característica que é a tendência a uma composição cada vez mais heterogênea por parte dos trabalhadores, uma de suas maiores conseqüências é a dificuldade cada vez maior de organização principalmente naquilo que tange os mais pobres, estes passam de uma identidade coletiva a uma identidade fragmentária, isso quando não se colocam em violentas disputas endógenas por emprego, torna-se portanto cada vez mais difícil a identificação do capital enquanto adversário de classe e o seu posterior combate.

Todo o quadro descrito acima acaba por promover uma série de tensões que requerem a entrada de um personagem central nesta grande peça, o Estado, este irá atuar através do binômio repressão⁴/Assistência, como formas de assegurar a suposta ordem e o desenvolvimento deste modo de produção e de vida, no que tange o segundo

item, quais seriam as estratégias junto a população mais pobre? E quais seriam os dilemas que estas estratégias trariam consigo?

Como estratégia para minimizar os problemas derivados da contradição existente entre produção coletiva e apropriação privada dos lucros e conseqüente desigualdade que deriva deste quadro, o Estado acaba por promulgar uma série de medidas que irão atenuar os efeitos da crise todavia sem combater as suas causas, estas medidas adquirem caráter paliativo e provisório, colocando sempre os beneficiários enquanto cidadãos de “segunda classe”, fracassados que devem “pedir” esmolas oficiais em troca de subsistência.

No entanto, diante da produção sempre mais ampla e profunda da desigualdade social e na impossibilidade de atacar as suas raízes, o capital vê-se na necessidade , através do Estado e/ou de inúmeras instituições não diretamente governamentais , de organizar algumas ações de assistência a essa massa de desvalidos . Daí a estruturação das chamadas políticas sociais , dos programas sociais, todos eles voltados não para a erradicação das desigualdades sociais , mas apenas para minimizar os efeitos mais graves da crise do capital. (TONET, 2009, p. 5).

Ora, a medida que a população desvalida torna-se mais robusta, acaba por ser “empurrada” para Políticas públicas sociais, especialmente neste caso a Política de Assistência Social, esta política acaba por cumprir a função de fornecer os mínimos sociais a quem dela necessitar, a questão é: Com o desemprego em massa e o sucateamento das demais políticas públicas sociais incluindo aquelas inseridas no escopo da seguridade social como Saúde e Previdência, a Assistência Social acaba por adquirir contornos de protagonismo e emergência naquilo que diz respeito a uma a série de necessidades criadas justamente ou pela inserção precária no mundo do trabalho ou pela expulsão de contingentes consideráveis de trabalhadores da esfera produtiva, é como se a esta política coubesse a tarefa hercúlea de solucionar as contradições inerentes a um modo de produção pautado na lógica da desigualdade.

Neste caso, algumas medidas adotadas pela Assistência Social tem chamado a atenção, a primeira delas é a insistência na ideia de benefícios eventuais, nos diversos CRAS⁵ espalhados nos municípios do Brasil ainda é comum a doação de cestas básicas, benefícios como auxílio-natalidade e aluguel social, estes ações possuem como objetivo fornecer auxílio temporário aqueles que por ventura encontram-se nos critérios de elegibilidade dos programas (Que geralmente são muitos), o trabalhador passa a ser responsabilizado por sua entrada no programa – Afinal de contas fracassou em suas

tentativas de empregar-se – e também por sua saída, pois este deve o quanto antes procurar alternativas de sobrevivência longe do amparo estatal enquanto recebe estes benefícios por determinado tempo.

É preciso lembrar que mesmo com a previsão destes benefícios que os trabalhadores continuam a possuir inúmeras dificuldades em sua reprodução, com a mercantilização das políticas públicas sociais (e também de todas as esferas da vida, afinal de contas este é um dos efeitos do capitalismo) e o rebaixamento de seus salários, estes sujeitos sentem-se obrigados a bater a porta da Política de Assistência Social, inverte-se portanto o caráter desta política, ou seja da prevenção a situações de risco, esta passa a atuar através de fatos já consumados, tornando o seu alcance limitado e sobretudo ineficaz.

Todavia é preciso lembrar que a Política de Assistência Social cumpre também um papel ideológico no sentido de camuflar as tensões surgidas pela atual configuração do modelo capitalista em sua fase globalizada, obscurecendo as reais causas das condições nas quais os trabalhadores se encontram e até mesmo de sua existência enquanto política pública social, desta forma concordamos com Motta (2010), quando esta afirma:

Instala-se uma fase na qual a Assistência Social, mais do que uma política de proteção social, se constitui num mito social. Menos pela sua capacidade de intervenção direta e imediata, particularmente através dos programas de transferência de renda que têm impactos no aumento do consumo e no acesso aos mínimos sociais de subsistência para a população pobre, e mais pela sua condição de ideologia e prática política, robustecidas no plano superestrutural pelo apagamento do lugar que a precarização do trabalho e o aumento da superpopulação relativa tem no processo de reprodução social. (MOTTA, 2010, p.141).

Desta forma, a Assistência Social assume neste bojo contornos importantes no que diz respeito a formação de consensos e a consequente naturalização da ordem vigente, além disso dadas a agudização da questão social e o consequente desmonte das políticas públicas sociais, especialmente aquelas inseridas no tripé da seguridade⁶ esta política acaba por assumir a ideia de imediaticidade, pronto-atendimento e emergência, sendo destinada somente aqueles que encontram-se em situação de extrema pobreza.

Assim sendo, esta política pública social assume principalmente para os seus usuários um certo caráter de messianismo, sendo a responsável mesmo que de maneira

temporária por aliviar os sofrimentos causados pela cada vez mais crescente desigualdade entre detentores dos meios de produção e trabalhadores.

CONCLUSÃO

Procuramos apresentar neste ensaio, alguns elementos que conformam a crise atual do capitalismo, suas conseqüências como o desemprego estrutural, e a inserção da Política de Assistência Social neste bojo enquanto estratégia de resposta aos transtornos causados por este modo de produção em sua atual fase.

Vimos que esta política pública social possui alcance limitado e que sua promulgação possui também um papel ideológico a medida que possibilita a criação de consensos para a naturalização das desigualdades e da ordem social, além disso procuramos mostrar que há uma sobrecarga no que diz respeito as suas funções a medida que demais políticas públicas sociais, especialmente aquelas inseridas no escopo da seguridade tem sido mercantilizadas, a conseqüência disto é um protagonismo cada vez maior da Assistência Social enquanto ação que irá reparar os efeitos do sistema, sem contudo colocá-lo em xeque.

REFERÊNCIAS

GENTIL. D.L. **A política fiscal e a falsa crise da seguridade social brasileira:** Análise financeira do período 1990-2005. 2006. 357 f. Tese (Doutorado em Economia)-Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

IANNI. O . O mundo do trabalho . **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, 1994.

MANDEL. E. **O capitalismo**. Disponível em : <<https://www.marxist.org/português/mandel/1981/mês/capitalismo.html>>. Acesso em : 21 jun. 015.

MOTTA. A.E. A centralidade da Assistência Social na seguridade brasileira nos anos 2000. *In: O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. São Paulo. Cortez. 2010

RAUTA RAMOS. M.H . A crise do atual do capitalismo: Crise cíclica ou estrutural? **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 19, 2009.

SWEEZY. P. **4 conferências sobre o marxismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

TONET. I. Expressões sócio-culturais da crise capitalista na atualidade. *In: SERVIÇO Social : Direitos sociais e competências profissionais* . Brasília (DF): CFESS, 2009.

WACQUANT . L . Forjando o estado neoliberal : Trabalho social, regime prisional e insegurança social. *In*: BATISTA.V.M. . **Loic Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.